

**Academia Militar das Agulhas Negras
Academia Real Militar (1811)
Curso de Ciências Militares**

Pedro Henrique Figueiredo Antunes

As atividades do 6º PEF para a soberania da Amazônia Legal

Resende

2023

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA
PROFISSIONAL**

TÍTULO: AS ATIVIDADES DO 6º PEF PARA A SOBERANIA DA AMAZÔNIA LEGAL

AUTOR: PEDRO HENRIQUE FIGUEIREDO ANTUNES

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

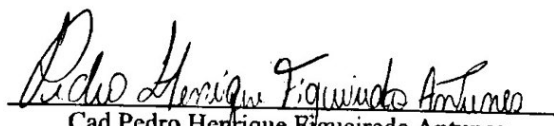
Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Resende, 16 de Junho de 2023.


Cad Pedro Henrique Figueiredo Antunes

Dados internacionais de catalogação na fonte

A636a ANTUNES, Pedro Henrique Figueiredo

As atividades do 6º PEF relacionadas à soberania da Amazônia legal / Pedro Henrique Figueiredo Antunes – Resende; 2023. 25 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Frederico Pimentel Soares De Almeida
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Fronteira. 2. Exército Brasileiro. 3. Desenvolvimento. 4. Soberania. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Pedro Henrique Figueiredo Antunes

As atividades do 6º PEF para soberania da Amazônia Legal

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN,RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares.

Orientador: Cap Frederico Pimentel Soares de Almeida

Resende

2023

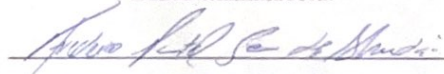
Pedro Henrique Figueiredo Antunes

As atividades do 6º PEF para soberania da Amazônia Legal

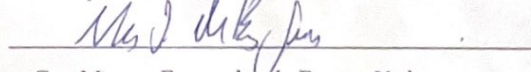
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN,RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares.

Aprovado em 16 de junho de 2023

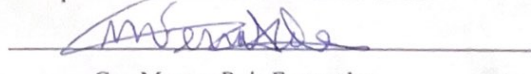
Banca examinadora:



Cap Frederico Pimentel Soares de Almeida



Cap Marcos Fernandes de Barros Júnior



Cap Marcos Reis Fernandes

Resende

2023

Dedico esse presente trabalho àqueles que estiveram comigo durante toda a formação acadêmica, contribuindo para o meu desenvolvimento e sobretudo meu desempenho sendo meu alicerce e meu refúgio nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses cinco longos anos de formação, agradeço a Deus e à minha família por terem sido meu alicerce nos momentos difíceis. Agradeço ao meu orientador, Cap Pimentel, pela ajuda e esclarecimento para a confecção desse trabalho. Por fim e não menos importante, agradeço a minha turma a companhia Vanguardeira por ombrear comigo ao longo de 3 anos no glorioso 84º BIMtz. Lembrai-vos da guerra!

RESUMO

AS ATIVIDADES DO 6º PEF PARA SOBERANIA DA AMAZÔNIA LEGAL

AUTOR: Pedro Henrique Figueiredo Antunes

ORIENTADOR: Frederico Pimentel Soares de Almeida

O presente trabalho apresenta como tema central as atividades desempenhadas pelo 6º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) e tem como principal objetivo relacionar a questão da soberania amazônica, em particular a brasileira, no que tange ao desenvolvimento socioeconômico levando em consideração as peculiaridades dessa importante região para o país. Como objetivos secundários pretende-se apontar a problemática da demarcação das terras indígenas, balizando como a organização da PEF, assim como a integração do Exército Brasileiro com os povos indígenas e o seu comprometimento com o desenvolvimento da região. Quanto a metodologia usada, trata-se de uma pesquisa exploratória a fim de fornecer base ao leitor sobre o desdobramento do Exército nas regiões mais inóspitas do país e detalhar as atividades desse tipo de guarnição com a missão de garantir nossa soberania. A coleta de dados será feita por meio de consulta a artigos científicos, relatórios de operações militares e exploração a sites relacionados à defesa.

Palavras-chave: Fronteira, Exército Brasileiro, desenvolvimento, soberania.

ABSTRACT

The present work presents as its central theme the activities performed by the 6th Special Border Platoon (PEF) and has as main objective to relate the issue of Amazonian sovereignty, particularly the Brazilian one, with regard to socioeconomic development taking into consideration the peculiarities of this important region for the country. As for secondary objectives, it is intended to point out the problem of the demarcation of indigenous lands, marking as the organization of the PEF, as well as the integration of the Brazilian Army with the indigenous peoples and their commitment to the development of the region. As far as methodology goes, the one used is an exploratory research in order to provide the reader's basis on the deployment of the Army in the most inhospitable regions of the country and to detail the activities of this type of garrison with the mission of ensuring our sovereignty. Data collection will be done through consultation of scientific articles, reports of military operations and exploitation of defense-related websites.

KEYWORDS: Border, Brazilian Army, development, sovereignty.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OBJETIVOS.....	9
2.1. OBJETIVO GERAL.....	9
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3.1 O PEF.....	10
3.2 A FRONTEIRA NORTE.....	10
3.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA.....	11
3.4 O PROJETO CALHA NORTE.....	11
3.5 O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA.....	12
3.6 ROTINA.....	13
3.7 UIRAMATÃ E A QUESTÃO INDÍGENA.....	14
3.8 PRINCIPAIS CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS.....	16
3.8.1 Desmatamento Ilegal.....	16
3.8.2 Narcotráfico.....	17
3.8.3 Garimpo Ilegal.....	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos maiores países em extensão territorial de planeta. Abrange uma área com, aproximadamente, 8.516.000 km². Sendo 60% desse imenso território composto pela chamada Amazônia Legal contemplando 9 estados da federação. No que tange esse rico e valioso bioma nacional, cabe ressaltar os problemas socioambientais os quais perduram ao longo dos anos na política brasileira. Devido a isso, o governo brasileiro, juntamente com o assessoramento das Forças Armadas, elaborou e continua realizando projetos para garantir a presença do Estado nessa região e por conseguinte fomentar o desenvolvimento de uma região que historicamente carece de infraestrutura.

Devido a imensa faixa de fronteira nacional, foi observado ao longo dos anos uma carência maior na região Norte devido ao seu pouco desenvolvimento e difícil controle devido a presença da grade floresta tropical a qual deixa o espaço muito complexo e difuso, principalmente, para as operações militares. Nesse sentido, o governo brasileiro criou o projeto Calha Norte, visando um amplo espectro de desenvolvimento por parte estatal.

Entende-se por soberania a qualidade máxima de poder nacional através da qual as normas e decisões elaboradas pelo Estado prevalecem sobre as normas e decisões emanadas de grupos sociais intermediários, tais com: a família; a escola; a empresa, a igreja, etc. “A soberania se manifesta, principalmente, através da constituição de um sistema de normas jurídicas capazes de estabelecer as pautas fundamentais do comportamento humano” (SCARIOT, 2006).

Com base no conceito de soberania cresce a importância da reflexão sobre como é realizada a proteção da Amazônia Brasileira e como o Exército tem contribuído com isso. Paralelamente, a argumentação acerca do uso predatório da floresta e a influência de ONG's (Organizações não Governamentais) estrangeiras acabam colocando em risco a soberania dessa região, tendo em vista que tem crescido ao longo do tempo a discussão sobre sua internacionalização, debate esse que fere a soberania do Brasil e degrada nossa imagem frente ao sistema internacional.

Seguindo a temática do desenvolvimento amazônico, o Programa Calha Norte começou a ser concebido em 1985, no momento de abertura democrática e de transição do papel das Forças Armadas na política nacional. “Novas questões eram apresentadas naquele momento como problemáticas para a administração da fronteira norte, entre elas, a proteção das comunidades indígenas, a garimpagem de metais preciosos e o tráfico de drogas” (MATTOS,

1990, p. 106).

Devido a essa problemática surge a importância da presença armada do Estado nas regiões mais remotas. Nessa perspectiva, o Exército Brasileiro, visando o binômio segurança e desenvolvimento, o governo brasileiro juntamente com o Ministério da Defesa cria os Pelotões Especiais de fronteiras a fim de ter guarnições prontas para o emprego em localizações estratégicas visando o desenvolvimento das comunidades locais e sobretudo a proteção contra crimes transfronteiriços.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Expor as atividades do 6º PEF que contribuem para a proteção e o desenvolvimento da região amazônica, como também ratificar sua relevância na região a fim de fomentar mais investimentos na base nacional de defesa.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Abordar a questão da demarcação das terras indígenas e seus efeitos para o desenvolvimento regional;
- Analisar os problemas enfrentados pelo 6º PEF relacionados à demanda psicossocial;
- Mostrar a integração Exército, população e povos indígenas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O PEF

No que tange a defesa nacional e a soberania de nosso território, o Exército Brasileiro busca por meio de sua ampla capilaridade chegar às áreas mais remotas de nosso país a fim de garantir a presença de um invasor externo. Paralelamente, com a criação e manutenção dos pelotões especiais de fronteiras, principalmente, na região mais setentrional Brasil essa busca é mais efetiva e presente.

A região amazônica é uma área de grande cobiça internacional com isso cresce de importância a sua preservação concomitantemente a sua proteção. Os pelotões especiais de fronteira detêm a nobre missão de cooperar tanto para defesa quanto para o desenvolvimento dessa parte de nosso território por isso devem ser devidamente estruturados e com pessoal qualificado para esse tipo de missão. Esse estudo busca elencar e analisar a importância dos pelotões especiais de fronteira com foco no 6º PEF (UIRAMUTÃ), como também mostrar seu preparo e prontidão para a Força Terrestre.

3.2 A FRONTEIRA NORTE

Os interesses já registrados e a necessidade de programar a segurança e o desenvolvimento da Amazônia levaram o governo federal a criar, em 1985, o projeto Calha Norte. O nome, função de sua localização: sub-região ao norte da calha do rio Solimões e do Amazonas, próximo à linha de fronteira, visa ocupar o grande vazio com a presença brasileira (SCARIOT, 2006). Com isso cresce de importância uma visão especial para essa região, sendo necessários investimentos por parte do governo e, sobretudo uma presença forte das Forças Armadas para garantir a soberania dessa região.

A solução dos inúmeros problemas do contexto amazônico poderá ser efetivada com a eficaz presença do Estado Brasileiro. É insuficiente a implementação de programas e projetos com ações pontuais e esporádicas (SCARIOT, 2006). Paralelamente, com o uso e a consolidação dos PEF's na região norte do Brasil traz ao país uma presença mais massiva na região norte podendo assim atuar não só belicamente, mas de forma a prestar um serviço a comunidade local a qual, na maioria das vezes, só tem a guarnição do Exército como presença do Estado.

3.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

As pressões internacionais se materializam através de pressões econômicas, políticas e psicossociais, destacando-se: restrições diversas ao intercâmbio comercial; campanha negativa da mídia internacional; questão ecológica, com ênfase na floresta amazônica; problema indígena e suposto genocídio Yanomani; combate ao narcotráfico; atuação de ONGs que defendem os interesses dos seus criadores; necessidade de preservar o “pulmão do mundo” e outras como mudanças climáticas no mundo devido à devastação da Amazônia.(SCARIOT, 2006). Devido a esse problema o Exército Brasileiro vem, ao longo do tempo, implantando projetos de caráter estratégico-operacional a fim de diminuir a fragilidade dessa região tão rica e importante a qual tem grande cobiça internacional.

3.4 O PROJETO CALHA NORTE

O Programa Calha Norte foi desenvolvido pelo Governo Federal em 1985 com o objetivo de desenvolver e proteger a região mais setentrional do Brasil. Região essa que possui uma das maiores biodiversidades do planeta tanto de fauna quanto de flora e é rica em recursos minerais já escassos em diversos países. Por conseguinte, cresce o interesse internacional nessa região o que gerou uma preocupação do governo brasileiro juntamente com as Forças Armadas as quais visam em sua plenitude a proteção e a soberania do território.

O PCN possui duas divisões claras de atuação civil e militar. Na vertente militar promove um desenvolvimento sustentável e atua na melhoria das condições de infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira (PIMENTEL, 2021). Os recursos são destinados aos 24 PEF's distribuídos na fronteira com Venezuela, Guiana, Bolívia, Peru e Colômbia. Recursos esses utilizados para melhorar as instalações do quartelamento, instalação elétrica, equipamentos militares, etc.

Na vertente civil, os recursos do são previstos na Lei Orçamentária Anual e são empregados através de emendas parlamentares dos políticos representantes da região norte. No ano de 2005 a vertente civil teve uma explosão e passou a contar com mais recursos do que a vertente militar, dando uma característica social ao programa (PIMENTEL, 2021). Apesar do programa Calha Norte e de algumas outras tentativas do governo de barrar a ocorrência de ilícitos em nossa fronteira e de manter nossa soberania, a dificuldade de se vigiar toda região amazônica é muito

grande e desgastante, mas para isso existem os Pelotões Especiais de Fronteira (PIMENTEL, 2016).

3.5 O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA:

Os pelotões especiais de fronteira são o que se chama no Exército Brasileiro de tropa ponta de lança, ou seja, atuam diretamente na temática que estão envolvidos com ações diretas no nível tático do emprego da tropa. O comandante desse destacamento especial é composto, geralmente, por um primeiro tenente já com alguma experiência a mais e com grande aperfeiçoamento e capacidade de liderança para conquistar corações e mentes das populações ali presentes, as quais, muitas vezes, não possuem o mínimo para sua subsistência devido à ausência do poder estatal.

O Exército Brasileiro por meio do Comando Militar da Amazônia (CMA) faz-se presente nas regiões mais inóspitas do país com a finalidade de minimizar o sofrimento vivido por essa população a qual muitas vezes nem se considera brasileira de fato. Com isso, o CMA tem investido cada vez mais na estrutura e nos meios empregos pelos PEF's com o intuito de fomentar a ida de militares para essas unidades, dando mais qualidade de vida e trabalho para os militares ali presentes, como também uma maior capacidade de operação com o uso de modernos equipamentos para reconhecimento de fronteira, medicamentos para a população local e até mesmo o uso de aeronaves para evacuações aeromédicas se for o caso.

As atividades desenvolvidas no PEF têm como base três principais pilares, são eles: vida, combate e trabalho. Tem como base a vertente combate, pois é através dela que o Estado promove a sua segurança, tem-se como principais desdobramentos os reconhecimentos de fronteira que consiste em fazer um levantamento detalhado da região de atuação da tropa, visitar aldeias indígenas e encontrar com lideranças locais com a finalidade de promover uma maior segurança institucional e fortalecer laços com a população local.

Paralelamente, são realizadas Ações Cívico Sociais (ACISo) as quais consistem em ajuda médico-odontológica da seção de saúde do PEF para a população mais carente em muitos casos é a única oportunidade de o cidadão ter um acesso à saúde e ao cuidado com um especialista de fato. Fomentando a questão mais importante na população, o sentimento de patriotismo.

Outras ações desenvolvidas pelos militares do PEF impactam diretamente na integridade nacional através do combate ao garimpo ilegal o qual depreda e mata rios e afluentes da região amazônica, desmatamento ilegal promovido por madeireiras clandestinas, muitas vezes financiadas por ongs e grupos religiosos, tais instituições em muitos casos são uma iminente ameaça ao nosso bioma e ao nosso povo.

3.6 ROTINA

A rotina de um Pelotão Especial de Fronteira como o 6º Pelotão Especial de Fronteira do Brasil pode variar dependendo das atribuições e responsabilidades específicas atribuídas à unidade, bem como da região em que está alocada. No entanto, algumas atividades comuns nas quais os membros de um pelotão de fronteira podem estar envolvidos incluem:

Patrulhamento da fronteira: Os membros do pelotão podem passar uma quantidade significativa de tempo patrulhando a fronteira a pé, em veículos ou usando outros meios de transporte (como barcos ou aeronaves). Eles também podem usar vários tipos de equipamentos, como óculos de visão noturna ou câmeras termográficas, para detectar e rastrear atividades ilegais.

Interdição de atividades ilegais: Quando membros do pelotão encontram indivíduos ou grupos envolvidos em atividades ilegais ao longo da fronteira, eles podem usar seu treinamento e autoridade para interditar e interromper a atividade. Isso pode envolver prisões, apreensão de contrabando ou prestação de assistência a outras agências.

Prestação de assistência: Os membros do pelotão podem ser chamados para prestar assistência a outras agências governamentais ou comunidades locais ao longo da fronteira. Isso pode incluir responder a emergências, fornecer assistência médica ou outras formas de ajuda ou auxiliar em operações de busca e salvamento.

Treinamento e manutenção: Além de suas funções operacionais, os membros do pelotão podem ser obrigados a participar de exercícios de treinamento e outras atividades de desenvolvimento profissional para manter suas habilidades e prontidão.

Outras funções: Dependendo das necessidades e prioridades da unidade, os membros do pelotão podem estar envolvidos em uma variedade de outras tarefas e atividades. Isso pode incluir coleta de informações, divulgação da comunidade e outras tarefas especializadas, muitas vezes com o intuito de conquistar corações e mentes das pessoas da região.

3.7 UIRAMUTÃ E A QUESTÃO INDÍGENA

O município de Uiramutã localizado no Estado de Roraima com uma população estimada de 11 mil pessoas que vivem basicamente do extrativismo e de um precário comércio local em uma região de 8.113,598 km². É uma cidade a qual os indivíduos possuem pouco acesso a infraestrutura básica como água tratada e saneamento que, por fonte do IBGE, não chega a cinco por cento da população. Uiramutã possui uma localização estratégica na fronteira com a Guiana sendo assim o Governo Brasileiro por meio do Ministério da Defesa (MD) instalou na região o 6º PEF subordinado ao 7º Batalhão de Infantaria de Selva sediado em Boa Vista capital do Estado de Roraima, a fim de minimizar o vazio demográfico existente e fomentar o desenvolvimento local, mas acima disso sua missão mais importante é pautada na soberania do território nacional.

Cabe ao Exército Brasileiro atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, [...] "(Art. 17-A, inciso IV, da Lei Complementar Nr 97, de 09 de junho de 1999)".

Paralelamente, a presença do Estado nessas regiões é primordial para evitar que ocorra crimes transfronteiriços com isso o MD elabora um plano de instrução para os militares dessas guarnições especiais com o intuito de investir no preparo e visar um melhor emprego da Força Terrestre.

A rotina da organização militar se entrelaça com a rotinas das famílias ali presentes. A família militar é um importante meio de apoio aos militares os quais muitas vezes são transferidos de longe para servir naquela região de grande importância estratégica por isso, há uma preocupação e investimento em moradia e lazer para as famílias ligadas a OM para que se consiga conciliar a questão familiar e operacional fornecendo apoio e conforto para os militares que passam jornadas em missões diversas como reconhecimento de marcos de fronteiras, Acisos, operações GLO e muitas outras.

Cabe ressaltar, a questão indígena da região formada, principalmente, pela tribo Tuarepang a qual possui pouco acesso a questões básicas como saúde e educação. Devido a isso, o comandante do PEF, um tenente de carreira do Exército Brasileiro, busca integrar-se aos dilemas locais, fazendo contato com lideranças indígenas, a fim de promover uma cooperação tanto militar quanto psicossocial na região, por isso é fundamental o consentimento da população indígena com as atividades desenvolvidas pela tropa para facilitar o acesso tanto de

forma física na região da tibo quando cooperar com informações de alto valor militar visando combater os crimes na faixa de fronteira. Paralelamente, com a aproximação Estado e indígenas é visto com clareza o desenvolvimento de um sentimento patriótico. Uiramutã se localiza dentro da comunidade indígena Raposa Serra do Sol.

Desde a sua marcação de forma continua em 2005 pelo presidente Lula, os questionamentos sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol só crescem. Considerada a maior reserva indígena em área continua do mundo, localizada na porção mais setentrional do Brasil, é tido como uma grande jazida de valiosos minérios pertencentes á União, porém com sua demarcação continua e seu controle quase que absoluto por índios que controlam seu acesso e muitas vezes cobram pedágio para acesso em determinados pontos, essa grande comunidade pode se tornar um ponto de vulnerabilidade para soberania nacional tendo em vista sua riqueza e falta de presença do Estado, onde índios facilitam o acesso a ONG's filiadas a interesses estrangeiros com o intuito de explorar as jazidas da região e muitas vezes fazer a comunidade indígena de rota para tráfico de drogas e armas. Com a eleição do presidente Bolsonaro a questão da reserva ganhou notoriedade tendo em vista sua preocupação com a região e o assessoramento do General Augusto Heleno o qual foi um crítico ferrenho do tipo de demarcação feita em 2005.

A pauta em questão foi mais aprofundada pois visava além da relevância econômica e militar trouxe o questionamento sobre a integração do índio na sociedade, explorando o nióbio da região de forma racional sem prejuízo à comunidade indígena e fomentando seu desenvolvimento.

Uma atividade desenvolvida pelo comandante do PEF é o reconhecimento de fronteira que consiste em realizar patrulhas por um itinerário pré-estabelecido com a finalidade de levantar informações sobre determinada região e suprir o escalão superior para que novas operações sejam desdobradas já com algum tipo de relevância estratégica. Segundo relatórios do ano de 2016 durante um Resfron de rotina do PEF foram encontrados, em um ponto da BR-171, indígenas realizando um posto clandestino de bloqueio e vigilância com a alegação de que queriam impedir o acesso de bebidas alcoólicas na reserva por isso estavam fiscalizando carros e mochilas e muitas vezes ao travar contato com a tropa não são amigáveis de início e relutam a deixar o Estado adentrar em suas comunidades mesmo tendo ciência da questão constitucional das Forças Armadas.

Nesse aspecto, cresce de importância a presença mais maciça do Estado frente aos problemas relacionados a situação indígena devido a sua precária instalação e para mostrar que as tropas brasileiras estão ali para fornecer a Mão Amiga do Exército com a finalidade de

contribuir com o desenvolvimento local e fornecer proteção a esse povo que muitas vezes não reconhece o esforço despendido pelos militares para mantê-los com o mínimo de condições de sobrevivência.

Outra atividade desenvolvida pelo PEF são as ações Cívico-Sociais as quais visam integrar a sociedade adjacente ao contexto do Pelotão com o intuito de fornecer assistência médica e odontológica. Na maioria das vezes, essa é a única oportunidade dessas famílias terem algum tipo de acesso à saúde de forma plena e qualificada devido a precariedade/inexistência de instalações do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, as ações cívico sociais visam integrar o binômio tropa-população levando mais dignidade às famílias mais carentes da região. Paralelamente, os indivíduos ali presentes acabam aceitando mais a presença dos militares em suas comunidades indígenas, facilitando o acesso tanto físico quanto de informações relevantes para o combate aos crimes transfronteiriços.

3.8 PRINCIPAIS CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS

3.8.1 Desmatamento ilegal

Um dos grandes desafios enfrentados pela Amazônia, atualmente, é a questão da exploração ilegal de madeiras da região amazônica. Devido a isso grande biodiversidade e possuir uma flora diversificada e vista como extremamente lucrativa, a região sofre com o desmatamento exacerbado realizado muitas vezes por madeireiras ilegais.

Existem várias razões pelas quais o desmatamento ilegal na Amazônia continua ocorrendo. Alguns dos principais fatores incluem a demanda por produtos agrícolas, como soja e carne bovina, que impulsiona a conversão de áreas florestais em terras para agricultura e pecuária. Além disso, a falta de recursos e de fiscalização efetiva, a corrupção, a pobreza e a pressão econômica também contribuem para a persistência do desmatamento ilegal.

Os impactos do desmatamento ilegal na Amazônia são graves e abrangem questões ambientais, sociais e econômicas. Ecologicamente, a floresta amazônica é um dos principais reguladores de carbono e gases estufa no planeta, com isso contribui para a regulação do clima global. A remoção de árvores reforça os efeitos das mudanças climáticas, além disso, o desmatamento compromete a biodiversidade, levando à perda de espécies de plantas e animais únicos presentes em nosso rico bioma.

Paralelamente, cresce a importância das tropas desdobradas na região ter o

conhecimento desse delito e como combatê-lo de forma eficiente, pois a questão do desmatamento vem sendo reforçado na mídia e é usado de forma ostensiva como uma guerra de narrativas para manipular as massas e colocar a opinião pública contra o Exército Brasileiro a fim de poder usar ONG's para explorar a região.

3.8.2 Narcotráfico

O narcotráfico na Amazônia é uma questão preocupante que envolve o tráfico de drogas ilícitas na região. Embora a Amazônia seja mais conhecida por sua biodiversidade e importância ambiental, também serve como uma rota para o transporte de drogas, devido à sua vasta extensão, densidade florestal e fronteiras vulneráveis e extensas.

Existem várias rotas utilizadas pelo narcotráfico na Amazônia, incluindo rios, estradas clandestinas e pequenas pistas de pouso. A vastidão da região e a dificuldade de fiscalização tornam o combate ao tráfico de drogas um desafio significativo. Além disso, a presença de grupos criminosos, como cartéis de drogas e facções criminosas, muitas vezes associados ao tráfico, contribui para a complexidade e a violência.

Devido a essa problemática cresce a relevância da presença do Estado brasileiro na faixa de fronteira a qual o Exército possui poder de polícia nos 150 quilômetros no sentido da fronteira para dentro do território nacional. Hoje, as tropas brasileiras estão presentes massivamente na região, realizando reconhecimentos de fronteira, patrulhamento ostensivo e operações de busca e apreensão nas regiões de mais difícil acesso do país.

3.8.3 Garimpo ilegal

O garimpo ilegal na Amazônia é uma prática ilegal e prejudicial para a região. Consiste na extração de minerais, como ouro, sem autorização ou sem seguir as normas ambientais estabelecidas, muitas vezes causando danos ambientais significativos. O garimpo ilegal na Amazônia tem consequências graves para o meio ambiente, como a contaminação de rios e solos com mercúrio e outros produtos químicos tóxicos usados no processamento do ouro.

Consequentemente, o combate ao garimpo ilegal na Amazônia é uma tarefa complexa que exige ações coordenadas entre diversas agências e setores do governo, além da participação ativa de comunidades locais, organizações da sociedade civil e do setor privado. As medidas necessárias incluem o fortalecimento da fiscalização e da aplicação das leis ambientais, o monitoramento de áreas críticas e sensíveis, o desenvolvimento de alternativas econômicas

sustentáveis para as comunidades locais e a promoção da conscientização pública sobre os impactos negativos do garimpo ilegal.

O Exército Brasileiro é constantemente empregado nessa demanda do Estado, em muitos momentos o Braço Forte juntamente com órgãos de segurança pública como a Polícia Federal e o IBAMA promovem o combate a esse delito que envolve não só a questão do dano ambiental, mas sim abrange aspectos psicossociais como a exploração sexual e a do trabalho infantil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo estudar o 6º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) como uma estratégia para o combate ao crime nas regiões de fronteira do país. Através de uma análise histórica, foi possível compreender a evolução das ações do PEF, desde sua criação até os dias atuais.

Foi possível observar que o PEF é uma unidade especializada do Exército Brasileiro, cuja principal missão é a proteção das fronteiras do país e o combate ao tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. A unidade conta com soldados treinados para lidar com a diversidade das regiões de fronteira e as características específicas das áreas, além de atuar em estreita colaboração com as autoridades locais e outras agências governamentais.

A partir dos dados coletados, foi possível constatar que o PEF tem tido papel importante na segurança das fronteiras do país, contribuindo para a redução do crime nas regiões de fronteira. Além disso, a unidade tem contribuído para a preservação da ordem pública e para a promoção da paz social.

No entanto, também foram identificadas algumas limitações no trabalho do PEF, como a falta de recursos e a necessidade de maior cooperação entre as instituições de segurança. Essas limitações são importantes para serem consideradas no planejamento de ações futuras e na busca de soluções para os desafios enfrentados pela unidade.

Em conclusão, é possível afirmar que o Pelotão Especial de Fronteira é uma estratégia importante para o combate ao crime nas regiões de fronteira do país e para a proteção das fronteiras do Brasil. No entanto, é necessário que sejam tomadas medidas para melhorar a eficácia das ações do PEF, como aumentar os recursos e fortalecer a cooperação entre as instituições de segurança.

REFERÊNCIAS

PROGRAMA CALHA NORTE. Disponível em:
<<http://www.defesa.gov.br/programassociais/programa-calha-norte>>

RODRIGUES, U. B. *Pelotões Especiais de Fronteira: sua importância para a vivificação das áreas fronteiriças e manutenção da integridade territorial*. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, Guia do Comandante de Fronteira. Manaus, 2014.

REGO, MONTEIRO. *O Programa Calha Norte: Redefinição das políticas de segurança e defesa nas fronteiras internacionais da Amazônia*. Disponível em:
<<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/398>>

ALMEIDA, FREDERICO PIMENTEL SOARES DE. *A Companhia de Fuzileiros de Selva na manutenção de cabeça-de-ponte aeromóvel*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:
<<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/10800>>